

17.dezembro.2014 – 09h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: **Federação Nacional de Educação (FNE)**
Dr. João Dias da Silva (Secretário-Geral), Dra. Lucinda Manuela Dâmaso,
Dra. Maria José Rangel e Dra. Margarida Custódio

Recebidos por: Deputados Diana Ferreira (PCP), Rosa Arezes (PSD), António Cardoso (PS) e Inês Teotónio Pereira (CDS-PP).

Assunto: [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#)

Exposição: A Sra. Deputada Diana Ferreira (relatora desta temática) fez um breve enquadramento da audição, referindo que estão a ser ouvidas várias entidades para recolha de contributos, visando a execução da [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#).

O Sr. Secretário-Geral da FNE agradeceu o convite para estar presente na audição e manifestou satisfação por poder contribuir com algumas propostas, que têm estado presentes nas reflexões da FNE, no âmbito desta temática. Fez, de seguida, uma breve exposição, cuja síntese pode ser consultada no documento entregue e que se encontra disponível na [página internet da Comissão](#).

Intervio, de seguida, a Sra. Deputada Rosa Arezes (PSD), que fez um breve enquadramento da temática, a nível nacional e internacional, entendendo que existem fatores, para além dos económicos, que determinam esta problemática, apontando, por exemplo, fatores culturais e de mentalidade. Defendeu a necessidade de políticas consistentes, que resultem de um acordo amplo, e questionou a FNE sobre as propostas que consideram prioritárias, tendo em conta que nem todas podem ser implementadas no imediato.

O Sr. Deputado António Cardoso (PS) considerou que o problema em discussão é de elevada responsabilidade, afirmando que o seu Grupo Parlamentar tudo fará para contribuir para a sua resolução. Considerou que o acompanhamento dos filhos é difícil para as famílias, nas atuais condições, e que as escolas apresentam atualmente uma falha, do ponto de vista social, por não existirem assistentes sociais nas escolas, com a responsabilidade de efetuar a ligação entre estas e as famílias. Terminou, entendendo que esta questão terá de ser também discutida a nível europeu e defendendo a necessidade de maior estabilidade e menor precariedade laboral.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) agradeceu a apresentação e considerou que o primeiro passo para a resolução deste problema consiste em o Estado deixar de dificultar a vida às famílias, retirando o que considerou serem “barreiras”. Defendeu a necessidade de existir, tendencialmente, uma oferta global ao nível da rede, dos zero aos 18 anos, e terminou, questionando os representantes da FNE sobre a forma de concretizar a questão da conciliação



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

da vida profissional e familiar e solicitou ainda uma posição sobre uma eventual alteração ao calendário escolar.

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) considerou que a questão em discussão não está desligada das opções dos anteriores governos, lembrando as sucessivas revisões ao Código Laboral, que têm sido penalizadoras para os trabalhadores. Defendeu que a instabilidade no emprego e os elevados níveis de desemprego constituem fatores que determinam a opção de ter ou não filhos. Considerou, por último, fundamental que as opções que se apresentam incidam também nas alterações das políticas, nomeadamente no que se refere à saúde, educação, proteção na maternidade.

Respondendo às questões colocadas, o Sr. Secretário-Geral da FNE lembrou que se tem verificado consenso em relação a uma série de questões nesta área mas que é necessário passar à ação. Referiu que a Estratégia Europeia 2020 apresenta orientações muito concretas nesta área e reafirmou que fatores de incerteza e insegurança condicionam, inevitavelmente, as decisões das pessoas.

Lembrou que as taxas de frequência nos ensinos secundário e superior não estão a ser atingidas, entendendo que a gratuidade tem de ser concretizada, e defendeu como estruturante e prioritário o investimento na educação para a infância, com o apoio de técnicos especializados. Considerou ainda que o aumento do horário de trabalho tem consequências negativas para a vida familiar, que deverá ser mais importante que a profissional.

Quanto à organização dos tempos escolares, afirmou que a FNE questiona a organização em três períodos, entendendo que o tempo escolar deve ser organizado de forma diferente. Considerou ainda negativo o agendamento de exames para o mês de maio e terminou, defendendo a necessidade de serem tomadas medidas que facilitem a participação dos pais nos órgãos de gestão e na vida da escola, sem que isso acarrete consequências do ponto de vista laboral.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, está disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 17 de dezembro de 2014

A assessora
Cristina Tavares